

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 3.771, DE 22 DE MAIO DE 2025 CÂMARA MUNICIPAL DE JACUTINGA ENTRADA

Nº 4243 Data
22 1 0 5 /2025

Altera requisito de Provimento de Cargo em Comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACUTINGA, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria dal Gârri draições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

- **Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar Requisito de Provimento do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Setor CC/FG 02, constante na Lei Municipal nº 2.118/2012, passando este de Ensino Médio Completo para Ensino Fundamental Incompleto.
- **Art. 2º** Em decorrência da alteração determinada pelo Artigo 1º, o Anexo II, da Lei Municipal nº 2.118/2012, no que se refere ao Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Setor, passa a vigorar com a redação contante no Anexo I da presente Lei.
- **Art. 3º** Fica ainda autorizado o Poder Executivo Municipal a reduzir em até 50% a carga horária fixada para os Cargos em Comissão constantes no QUADRO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS previstos na Lei Municipal nº 2.118/2012, ocasião em que o valor a ser pago será reduzido na mesma proporção.
 - Art. 4º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação.
 - Art. 5º Revogam-se as eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jacutinga, RS, aos vinte e dois dias do mês de Maio de dois mil e vinte e cinco.

. . .

ADEMII

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.

e Publique-se.

Prefeito Municipal

APROVADO

5 CÂ

RČIO SAKREZENSKI

ARA MUNICIPAL DE JACUTINGA

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Data 22 1 05/2

Staff V.

AMILTON LUÍS CONTE

Secretário Municipal de Admirástração

SECRETARIA DA CAMARA

Jacutinga Lugar para viver!



ANEXO I

QUADRO: NÃO EFETIVO

CARGO: COORDENADOR DE SETOR

CLASSE: CC/FG-2

SÍNTESE DOS DEVERES: coordenar, organizar e controlar as atividades do setor que dirige, acompanhando os trabalhos do mesmo, para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

EXEMPLO DE ATRIBUIÇÕES: dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; determinar a distribuição de processos aos servidores subordinados, zelando pela fiel observância dos prazos fixados para seu estudo e conclusão; apresentar, quando solicitado, ao seu superior imediato, relatórios sobre os trabalhos desenvolvidos pelo setor; fiscalizar a frequência e permanência do pessoal no serviço autorizado, desde que necessário, o afastamento temporário, durante o expediente; determinar o desconto em folha de pagamento para os casos de ausência sem autorização; reunir, mensalmente, os servidores e subordinados, para discutir assuntos diretamente ligados às atividades que lhe são afetas, ouvindo também, suas sugestões; propor a seus superiores imediatos, as medidas que considerar necessárias ao aperfeiçoamento ou à melhor execução dos serviços; prestar ao superior imediato, informações a esclarecimentos sobre assuntos em final de decisão ou que devam subir para considerações superiores; assinar e visar documentos emitidos ou preparados pela equipe que dirige, encaminhando-os quando for o caso, à apreciação do superior imediato; autorizar a aquisição de material necessário a execução dos serviços afetos à equipe e controlar sua movimentação; atender as pessoas que procuram a Prefeitura para tratar de assuntos de sua competência; manter a disciplina do pessoal sob sua direção; fazer cumprir rigorosamente, o horário de trabalho estabelecido, do pessoal sob sua direção; propor a autoridade superior a realização de sindicância para apuração de faltas e irregularidades; propor a aplicação de medidas disciplinares que excederem e aplicar aquelas que forem de sua alçada, nos termos da legislação em vigor, aos servidores que lhe são subordinados; dirigir veículos oficiais para exercer atividades próprias do cargo, desde que devidamente habilitado e autorizado pela autoridade superior; e, executar outras tarefas correlatas determinadas por seu superior imediato.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:





- a) Carga horária: 40 horas semanais/200 horas mensais;
- b) Outras: O exercício do cargo exigirá viagens e trabalho extraordinário.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- a) Instrução: Ensino Fundamental Incompleto;
- b) Idade: mínima 18 anos.

RECRUTAMENTO: Cargo de livre nomeação e exoneração.





MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 3.771/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente, Nobres Senhores Vereadores,

Objetiva o presente Projeto de Lei possibilitar ao Município efetuar a readequação pontual de requisito de Provimento de Cargo de Provimento em Comissão, afim de adequá-lo às atuais necessidades da Municipalidade.

Por certo, em algumas situações, temos que reconhecer que não é o grau de escolaridade que define a capacidade de contribuir com a organização e gestão dos serviços e das pessoas. Muitas vezes, é a prática que define a capacidade de trabalho das pessoas, razão pela qual estamos propondo esta alteração, que julgamos atender ao interesse público.

Por sua vez, estamos prevendo a possibilidade de efetuar a redução de até 50% da carga horária a ser desempenhadas pelos Cargos de Provimento Comissão – com redução proporcional dos vencimentos.

A medida é importante, na medida que o Município tem algumas necessidades em que não se mostra necessário a atuação de Servidor durante 40 horas semanais, podendo a demanda ser suprida de maneira adequada com 20 horas semanais, gerando economia e otimização dos recursos públicos municipais.

Diante do exposto, solicitamos a análise do presente pleito pelos Nobres Vereadores, esperando que o mesmo tenha acolhida junto à esta Casa Legislativa.

Atenciosamente,

ADEMIR MÁRCIÓ SAKREZENSKI

Prefeito Municipal

